

A Construção da Democracia Racial no Brasil e efeitos sobre os Estudos Organizacionais

VINICIUS GALANTE DE SOUZA

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO (FGV-EAESP)

Agradecimento à órgão de fomento:

Essa pesquisa não recebeu fomento de um órgão de pesquisa.

A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA RACIAL NO BRASIL E EFEITOS SOBRE OS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Introdução:

As Ciências têm se ocupado de temas referentes à diversidade racial desde, ao menos, o século XIX. Num momento histórico marcado pela segunda onda imperialista e a ocupação do continente africano pelas potências europeias, do ponto de vista econômico e social, e pela primazia do positivismo nas ciências, especialmente, nas Ciências Naturais, emergiram teorias que apregoavam a superioridade de raça branca frente às demais raças e da inferioridade e do atraso evolutivo da raça negra. A produção e disseminação de uma visão deletéria da raça negra já não era novidade no mundo, tendo em vista que durante a colonização das Américas, o tráfico de africanos para serem escravizados no continente americano era absolvido pela religião preponderante entre os colonizadores, já que a Igreja Católica afirmava que os negros eram desprovidos de alma, característica singular aos seres humanos de acordo com a religião e, portanto, poderiam ser submetidos ao trabalho forçado.

As Ciências Sociais no Brasil conformam-se ao final do século XIX, em muito influenciada pelo positivismo e evolucionismo europeus. Dessa forma, os primeiros pensadores brasileiros em Ciências Sociais replicaram no país esse conteúdo, entendendo que a presença de negros no Brasil, bem como a de mestiços e mulatos, era um obstáculo à modernização do país. A diversidade racial era compreendida, portanto, como um entrave à transformação do Brasil numa nação próspera. Esse raciocínio influenciou as políticas de estado da época, levando o governo brasileiro a adotar uma série de medidas que incentivassem a imigração de população branca europeia. A tentativa de embranquecer o Brasil era, assim, um passo necessário para a escalada em direção ao desenvolvimento nacional.

Durante o século XX, o que se verifica é uma “nova onda” de pensadores da realidade social brasileira, mais comprometida, por assim dizer, em produzir um saber social nacional. As obras produzidas por tais pensadores caracterizam-se por uma valorização do povo brasileiro em suas especificidades, um povo especial por carregar em seus corpos as qualidades de diferentes raças e culturas, que foi capaz de se integrar e acomodar sua diversidade. Em que pese o intuito de tais pensadores e o contexto no qual escreveram tais obras, bem como qual diálogo gostariam de estabelecer no país, o fato é que essa leitura acabou por construir no Brasil um mito da democracia racial mundialmente reconhecido. Em ambas as “fases” do pensamento social brasileiro, talvez não se tenha discutido a herança escravagista na profundidade necessária para compreensão dos desafios para a integração da população negra e para a superação de um pensamento que estabelece uma diferenciação entre as raças. Um mito que foi incutido no imaginário social também num plano discursivo e que se traduz em práticas sociais cotidianas, traduzidas num código de hierarquização social, que define locais e papéis de acordo com a raça (Gouvêa, 2017)

Em consequência, as Ciências Sociais Aplicadas no Brasil tampouco abordaram a temática racial com a recorrência e viés necessários, dada a magnitude da problemática racial no país, ou o fizeram tardia e pontualmente, já no século XXI. Na Economia, Antropologia e Sociologia, tal debate tem estado mais no radar dos pesquisadores nacionais, o que se verifica pela produção da academia brasileira e pela utilização de tal discussão para pautar o debate sobre políticas públicas afirmativas, que ocorreram, principalmente, na primeira década do século XXI. Na Administração

e nos Estudos Organizacionais, esse movimento ainda é tímido, é pouco tem se produzido sobre esse tema.

A incorporação da problemática racial, bem como de outras especificidades brasileiras tem como obstáculo a configuração de um sistema de hierarquização mundial, no qual o Norte Global, que compreende Europa, América do Norte e Oceania, estabelecem os critérios para a ciência, bem como temas de interesse, a agenda de pesquisa e a língua padrão para a comunidade científica global. Entre os critérios, há uma forte influência de ideais positivistas, que se traduz pela busca por um saber lastreado em categorias universais, gerais, “neutras”, representativas de um mundo social não situado e replicável.

Desse modo, é urgente que os pesquisadores brasileiros incorporem aspectos da realidade brasileira, o que inclui também dar centralidade a questão racial. A discussão de cultura organizacional, recursos humanos e seus subsistemas, como Recrutamento & Seleção, Treinamento & Desenvolvimento, entre outros, pode ser alargada e se tornar mais rica com a incorporação das questões raciais, a fim de produzir um conhecimento localizado, contextualizado, aplicável e de potencial transformador, escapando de generalizações que busquem um saber teórico generalizante e universal, objetivando dialogar com uma audiência global, para práticas aplicáveis à qualquer geografia e sociedade.

O presente ensaio teórico está organizado da seguinte forma. Primeiramente, uma seção apresenta sumariamente como se deu o desenvolvimento das ciências e o resultante sistema hierárquico global. Na sequência, uma segunda seção discorre sobre a trajetória das Ciências Sociais no Brasil, seus anseios, influências, características gerais e relação com a realidade social brasileira, situando brevemente algumas referências na literatura de cada período. Uma terceira seção discute brevemente como tal contexto se reflete nas Ciências Sociais Aplicadas e na Administração, e a (não) relação com a realidade brasileira, além de buscar apontar possíveis saídas e caminhos a serem explorados futuramente por pesquisadores brasileiros na área. Por fim, algumas considerações finais retomam aspectos centrais do texto.

A hierarquia global do conhecimento

Nas chamadas Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas pesquisadores se deparam com o dilema da produção do conhecimento e sua relação com a realidade local. A ciência enquanto busca pela compreensão dos fenômenos da realidade implica reconhecer que o conhecimento produzido é necessariamente localizado, isto é, pertence ao contexto a partir do qual as relações de causalidade, entre outras relações, foram extraídas. Nesse sentido, o saber produzido pelos cientistas sociais poderia contribuir para o entendimento de suas realidades locais e emergir de suas geografias, sociedades e culturas. Em que pese o posicionamento ontológico do pesquisador, isto é, se a realidade a ser investigada é externa, objetiva e se impõe à consciência individual, ou se essa realidade é interna ao indivíduo e produto da sua própria cognição (Burrell & Morgan, 2017) o objetivo do pesquisador parece ser o mesmo: buscar descrever, compreender ou refletir sobre a realidade e produzir conhecimento sobre os fenômenos do mundo.

Nesse percurso em busca da compreensão dos fenômenos e da realidade à sua volta, a evolução das Ciências foi fundamentada no desenvolvimento de categorias universais e na construção de um saber universal, que pudesse ser qualificado como um conhecimento geral e “neutro”, destituído de especificidades que limitassem a sua absorção e aplicação a um contexto particular. Nas Ciências Sociais, esse esforço pela definição e sistematização de categorias universais foi explorado por Max Weber, no que o autor chamou de “tipos ideais” (Weber, 1999).

Sendo assim, os cientistas sociais deveriam concentrar-se na produção de tal categoria analítica gerando tipologias “puras” para o estudo dos fenômenos do mundo social. Tendo em vista a influência de seu pensamento e de sua obra desde a publicação, a história das Ciências Sociais desde então pode ser resumida como uma busca por tipos ideais, dada a força do paradigma científico Weberiano, acadêmicos do campo das Ciências Sociais tem se dedicado a produzir constructos teóricos aspirando aos tipos ideais.

Durante sua história, a ciência não se desenvolveu na mesma velocidade e intensidade em todo o globo. Devido à fatores históricos e econômicos, a ciência moderna se desenvolveu em alguns países mais que outros e a evolução da ciência moderna no mundo como a conhecemos é, em síntese, a evolução da ciência na América do Norte e na Europa. O surgimento de algumas nomenclaturas indicativas do nível de desenvolvimento de um determinado país, como “Sul Global” e “Norte Global” ou “Primeiro mundo” e “Terceiro mundo” é revelador do sistema de hierarquização econômica, social e científica mundial. Essa última tipologia, embora tenha caído em desuso nas últimas décadas, após a queda do muro de Berlim e a desintegração da União Soviética, ainda é útil porque nos evidencia a conceitualização hierárquica que posiciona alguns lugares do mundo como "melhores" do que outros e considera os países do 'Terceiro Mundo' como menos importantes ou inferiores em relação aos chamados países desenvolvidos (Alcadipani et al, 2012).

A língua é outro fator que opera para a configuração de uma produção científica assimétrica entre os países e hegemônica no sentido Norte para o Sul Global. Após a Segunda Guerra Mundial, se intensifica um processo de consolidação do inglês como língua dominante e “hipercentral” que, por conta disso, absorve as funções de comunicação entre as comunidades internacionais (Rosa & Alves, 2011). A adoção de uma língua dita “universal” facilitaria a transmissão do conhecimento produzido e o diálogo entre os diversos atores nessa rede científica global. Longe de ser um processo “auto justificável” e sem implicações políticas, o domínio da língua inglesa deve ser entendido como gerador de relações desiguais entre as línguas, criando formas específicas de hierarquia entre os países, o que resulta em relações de poder e dominação no campo da ciência. Nesse contexto, Rosa & Alves expõe o seguinte raciocínio:

(...) desenvolvemos uma postura crítica quanto ao uso funcional do inglês na comunicação científica, pois não se trata de um processo neutro, ao contrário disso, trata-se de poderoso mecanismo que visa reproduzir uma lógica colonial em que o Norte Global define os parâmetros de produção, circulação e disseminação do CGO no contexto transnacional, excluindo dessa dinâmica os conhecimentos produzidos no Sul Global, que, por estarem fora dos códigos anglofônicos, são encerrados na posição “subalterna” (Rosa & Alves, 2011, p. 263).

Em consequência dessa hierarquia, pesquisadores do Sul Global, isto é, de todos os países do globo à exceção de América do Norte, Europa e Oceania, podem trazer consigo uma inquietação que nasce de seu próprio ofício, pois deparam-se com menores oportunidades e espaços para suas pesquisas caso essas não obedeçam a consensos e categorias centrais e linguagens determinadas pelo Norte Global. Por categorias centrais, referimo-nos a categorias definidas pelos países do centro do sistema - o Norte Global ou países desenvolvidos. Temas pertinentes às realidades dos pesquisadores do Sul Global podem parecer menos relevantes aos olhos da comunidade acadêmica internacional e, quanto despertam interesse, esse parece recair numa curiosidade sobre o inusitado, ainda sob os resquícios do orientalismo dos séculos passados, fazendo com que a produção de conhecimento em Administração e Estudos Organizacionais dos países do Sul Global pareça um empreendimento exótico, que deve sempre ser mantido nas margens. Nos países do Sul Global e especialmente na América Latina, os campos da Administração e os Estudos Organizacionais

assumiram uma figura unidimensional sob um colonialismo epistemológico dos Estados Unidos, com práticas e conhecimentos que convocam para si um caráter internacional e universal quando em sua origem e que na verdade, são um conjunto de práticas e teorias majoritariamente anglo-saxã, que marginaliza conhecimentos oriundos do Sul Global (Alcadipani et al, 2012).

O desenvolvimento das ciências sociais no Brasil

Como os pesquisadores devem estar imbuídos dessa intenção de universalização e submetidos à padrões estabelecidos no exterior, pesquisadores do Sul Global encontram barreiras para produção científica relacionada a questões situadas em seus países. Esse dilema não é recente e não se restringe à Administração e aos Estudos Organizacionais. No Brasil, pesquisadores das Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas encaram há bastante tempo a questão da hegemonia de um pensamento exógeno e incapaz de explicar com precisão aceitável a realidade brasileira. Já ao final do século XIX, em que pese as dificuldades de demarcação do início do movimento, é possível perceber um engajamento de cientistas sociais nacionais empenhados em produzir conhecimento brasileiro e para o Brasil. Bastante influenciados por ideais positivistas e um cientificismo apregoado à princípios biológicos e evolucionistas, autores como Sílvio Romero, Alberto Torres, Oliveira Viana e Paulo Egídio, entre outros, se lançaram a essa tarefa, algo que se estendeu até virada para o século XX e em suas primeiras décadas.

Essa manifestação da produção científica nacional, em si mesma, já trouxe consigo algumas limitações para a superação da escassez de pensamento nacional em Ciências Sociais. A fissura na edificação de uma identidade nacional na Sociologia e na Antropologia residiu em seus próprios fundamentos teóricos e paradigmas científicos, cujas raízes fixaram-se em tendências em curso observadas ao Norte Global. Essa “primeira safra” de pensadores nacionais, por assim dizer, trouxe consigo uma preocupação exacerbada em considerar a especificidade da sociedade brasileira no que se refere à heterogeneidade racial de sua formação e suas implicações para o país e para seu futuro, no anseio de o transformar e modernizar. Nesse sentido, Cândido (2006) afirma que “a sociologia brasileira se formou sob a égide do evolucionismo e recebeu dele as preocupações e orientações fundamentais, que ainda hoje marcam vários dos seus aspectos. Dele recebeu a obsessão com os fatores naturais, notadamente o biológico (raça)” (Cândido, 2006, p. 272).

Se a preocupação com as questões raciais no Brasil parece estar adequada no que diz respeito a incorporar a realidade do país, o mesmo não se pode afirmar sobre alguns dos resultados das produções desses autores. A influência do evolucionismo e de ideias amplamente aceitas à época contribuíram para consolidação de um pensamento que impulsionaria um processo de hierarquização social no país, no qual a raça branca é tida como superior às demais raças, sobretudo negros, índios e seus descendentes. Consequentemente, a raça branca era a raça desejável e necessária para o desenvolvimento de uma nação moderna e próspera. O sentido de raça aqui empregado “remete simbolicamente a uma origem comum, evidenciando a continuidade das descendências, o parentesco pelo sangue, a hereditariedade das características fisiológicas, psicológicas e sociais” (Conceição, 2009, p. 3). Durante o final do século XIX e início do século XX, a discussão no país dos rumos a serem tomados para que o Brasil se tornasse uma nação moderna passava pelo embranquecimento da população do país. Durante todo o século XIX, é possível observar um modelo de colonização no Brasil que priorizaria a entrada de imigrantes brancos. Esse movimento se acentuaria nas últimas décadas do referido século, com ações direcionadas por políticas públicas de incentivo à imigração europeia para ocupação de pequenas propriedades familiares, sob o pressuposto da superioridade branca europeia (Seyferth, 2002).

Já no século XX, uma “nova onda” de pensadores brasileiros retomaria o desejo de produzir Ciências Sociais de caráter nacional. Nesse cenário, figuras como a de Celso Furtado, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, são alguns exemplos de pesquisadores que se aprofundaram nas reflexões sobre as questões nacionais e se destacaram por suas produções. Os dois primeiros deram grandes contribuições em suas obras para o entendimento da formação da economia brasileira e das etapas do capitalismo no Brasil, como em *Formação Econômica do Brasil* (1959) e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), respectivamente. Já as interpretações de Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre alterariam os caminhos traçados pela Sociologia e Antropologia nacionais a partir da publicação de suas ideias. Esses autores podem ser considerados referência no pensamento social brasileiro e são chamados de “intérpretes do Brasil” (Wanderley & Barros, 2019).

Notadamente, há um avanço no pensamento de tais autores se contrastamos com os representantes do pensamento em ciências sociais do final do século XIX citados aqui: Sílvio Romero, Alberto Torres, Oliveira Viana, Paulo Egídio, entre outros. Nessa “segunda fase” da produção nacional, por assim dizer, verificamos um esforço de valorização do povo brasileiro, da identidade nacional e da miscigenação, percebida como uma potência de nossa nação e não um freio à modernização e ao desenvolvimento nacional. Nesse campo, além das obras clássicas *Casa Grande & Senzala* (1933), de Freyre e *Raízes do Brasil* (1936) de Buarque de Holanda, podemos incluir *O Povo Brasileiro* (1995), de Darcy Ribeiro, essa última, de publicação mais recente. Em todas essas obras, pode-se notar uma mesma linha interpretativa que as entrelaça, qual seja, a busca por construir uma autoestima do povo brasileiro. Deixando de lado diferenças que essas obras carregam entre si, é possível perceber que todas geram “uma ruptura com o pensamento colonialista e priorizam em sua investigação questões brasileiras através de lentes locais” (Maia, 2010 apud Wanderley & Barros, 2019, p. 86, tradução nossa).

Tais trabalhos são seminais e figuram entre as leituras essenciais para qualquer pesquisador que deseje compreender o Brasil contemporâneo nas dimensões social, econômica e cultural, dada a riqueza das interpretações de tais autores. Contudo, o que se viu a partir da publicação de suas obras, foi um movimento de pacificação do país, no que se traduziu em uma minimização das disparidades e desigualdades provocadas pelo passado escravagista e pelo modelo do empreendimento de colonização português. Esse movimento pode ter sido impulsionado pelas interpretações póstumas das obras desses autores da “segunda geração” sobre do Brasil moderno. Nas décadas seguintes à publicação, é possível notar um apagamento das questões raciais no país, a construção de um mito de uma *democracia racial*, na qual se observa uma convivência harmonizada entre brancos, negros, índios e miscigenados, imagem que ocupa espaço considerável no debate público no país. A visão dos brasileiros sobre si mesmos e também do restante do mundo sobre nós é a de um país que aprendeu a lidar com as diferenças entre as raças, no qual os imigrantes das mais variadas origens formaram um povo novo e particular. A absorção das diferentes raças foi completa e vitoriosa, no sentido que não resultou em conflitos raciais ou numa sociedade composta por castas econômico-raciais, podendo ser considerada um exemplo de pluralidade. É difícil imaginar que essa intenção de eliminação das questões raciais guiasse as pesquisas e as produções de Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro, entre outros importantes cientistas sociais brasileiros. A redução da importância do debate acerca de raça no país é um efeito colateral e pernicioso das interpretações de suas obras.

Essa imagem de democracia racial e assimilação de diferentes raças e culturas bem-sucedida, além de pairar sobre os brasileiros, também foi projetada para o exterior. Prova disso foi que a “experiência brasileira” foi modelo para a elaboração de uma política internacional de

combate ao racismo conduzida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), que entendeu que a experiência brasileira seria um exemplo de relações raciais para ser compreendido com o objetivo de replicá-lo para pavimentar um caminho de pacificação de tensões e solução de conflitos raciais em outros países (Maio, 1999 apud Rosa, 2014). Paradoxalmente, foi justamente a partir dessa iniciativa, denominada de Projeto Unesco, que a concepção de democracia racial recebeu críticas, gerando, com isso, novas interpretações sobre a questão racial no Brasil. Assim, pode-se dizer que o projeto Unesco contribuiu para a formação de duas correntes de pensamento sobre a questão racial no Brasil, a saber, da democracia racial e da desigualdade racial (Rosa, 2014).

A produção de conhecimento em administração e estudos organizacionais no Brasil

Como efeito, a produção da academia brasileira acerca do tema não parece fazer frente às necessidades criadas pela desigualdade social. Nos Estudos Organizacionais pouco se tem produzido considerando a questão racial, de modo que “os estudos organizacionais têm negado importância às questões raciais enfrentadas pela sociedade brasileira” (Conceição, 2009, p. 1). A carência de estudos que consideram o recorte racial no Brasil torna-se ainda mais inquietante, quando se sabe que as estruturas organizacionais são reflexos da cultura da sociedade na qual a organização está inserida (Prestes Motta et al., 2001, apud Conceição, 2009). Não somente no Brasil, mas de forma geral, os Estudos Organizacionais adotam o pressuposto de que as organizações são neutras em relação à raça:

(...) uma vez que na Administração se sobrepõe a imagem de que a cultura organizacional é capaz de homogeneizar as relações. Dissemina-se, assim, a ideia de que as organizações são campos neutros, nos quais uma única cultura é apreendida pelos trabalhadores e estes, passivamente, se adaptam a ela para estarem adequados aos padrões estabelecidos pelas empresas (Gouvêa, 2017, p. 919).

Há também uma suposição dos pesquisadores em Estudos Organizacionais de que os membros do grupo majoritário (do Norte Global, brancos, homens, heterossexuais), não tem uma identidade racial e, conseqüentemente, questões relacionadas à raça não são um objeto de pesquisa. Em poucas oportunidades em que a raça é de fato abordada no Brasil, isso ocorre em estudos realizados por pesquisadores homens e brancos da periferia da comunidade científica mundial (Sul), o que retrata como o campo é extremamente dominado por homens brancos. Estudos reflexivos sobre questões étnicas, raciais ou de identidade nacional são bastante incomuns. (Alcadipani et al., 2012).

Nas Ciências Sociais ou Ciências Sociais Aplicadas, o cenário tem passado por uma transformação, esboçando um trajeto diferente nos últimos anos. Nas Ciências Sociais, desde a década de 90, uma grande produção acadêmica já se verifica abordando a questão racial e o mesmo acontece nas Ciências Econômicas, o que tem se refletido também nas produções de importantes institutos nacionais de pesquisa, como IPEA e DIEESE (Conceição, 2009). Numa pesquisa realizada por meio de um levantamento das publicações entre os anos de 1997 a 2008, nos 4 principais periódicos nacionais em Administração foram encontrados somente 4 artigos, sendo que a questão não era abordada de forma mais estrutural e contundente, refletindo acerca das desigualdades existentes na distribuição de cargos e salários, por exemplo, mas sim tocada de forma superficial ou marginal ao longo do artigo (Conceição, 2009).

A discussão das organizações no Brasil e seus temas clássicos relacionados, como cultura, *sensemaking*, identidade e poder, pode ser ampliada com a incorporação das questões raciais. Por exemplo, se as organizações brasileiras compreendem que a diversidade racial se faz necessária,

seja pelo argumento “pró-negócio”, isto é, maior diversidade resultada em índices superiores de criatividade e inovação, ou pelo argumento da responsabilidade e justiça social (Colgan et al, 2007), como associar essa ideia à estratégia do negócio e traduzi-la para os processos seletivos? Tendo em vista a diferença nos níveis de educação formal no país entre brancos e negros, especialmente, considerando que as políticas afirmativas são relativamente recentes, é possível adotar os mesmos critérios para preenchimento de vagas em grandes empresas e bancos, como formação em universidades de ponta e prestígio, experiência internacional e fluência em línguas estrangeiras, e preencher as vagas numa proporção de brancos e negros, que seja reflexo da demografia brasileira? Conseqüentemente, para os contratados que já fazem parte de tais organizações, como os membros afrodescendentes nas organizações nacionais produzem sentidos cotidianamente, conscientes de que os processos de reconhecimento e promoção estão permeados da discriminação racial no país (Conceição, 2009). Como fazer com que os cargos de liderança e alta liderança sejam espelho da demografia brasileira? Como Recursos Humanos, por meio de seu subsistema de Treinamento e Desenvolvimento, pode operar para reduzir disparidades históricas entre brancos e negros? De modo geral, há uma série de questionamentos que podem ser explorados e tomados como perguntas de pesquisa.

Considerando que apenas 35,7% do quadro funcional dos empregados das 500 maiores empresas brasileiras e somente 4,7% de seus executivos se autodeclaravam pretos ou pardos (Perfil Social, Racial e de Gênero ..., 2016), explorar como as relações de poder são reflexo da hierarquização racial estruturante da sociedade brasileira bem como quais as implicações para os trabalhos identitários dos profissionais nas organizações brasileiras também são possibilidades de pesquisa conectadas à realidade brasileira. Tais questões podem escapar ao foco do pesquisador quando se objetiva a produção de conhecimento universal, generalizante e não localizado, pois “não há espaço para etnias, raças, gêneros, sexualidades, classes, posições políticas ou de fé diferentes” e “Índios, negros, pardos e outras raças, tão centrais para o entendimento de nossa região [América Latina], são excluídos” (Cal’as, 1992; D’ávila, 1997; Osland et al., 1999 apud Ibarra Colado, 2006, p. 469). Em outro exemplo, dada a hierarquização racial no país, faz-se necessário compreender quais mecanismos operam na subjetividade de empregados da raça negra no processo de *sensemaking* para entender os contextos organizacionais em que atuam e que podem violar suas expectativas individuais. Ambas perguntas de pesquisa apoiariam a produção de um conhecimento localizado, que aprofundaria a reflexão sobre como os indivíduos interpretam a ambigüidade existente no ambiente para construir uma explicação plausível para sua atuação na organização abastecendo-o de ordem e sentido (Maitlis & Christianson, 2014).

Outra possibilidade é debater sobre como as organizações podem lidar com as questões raciais, introduzindo políticas e diretrizes que orientem ações e comportamentos de seus membros a respeito e como as organizações podem implementar políticas para evitar formas de discriminação indireta como, por exemplo, diferenciação salarial entre brancos e negros que ocupam a mesma função e desempenham a mesma atividade. Tal assimetria salarial entre raças tem sido divulgada pelos principais órgãos de pesquisa brasileiros, bem como o preterimento dos pardos e negros nas decisões de promoções e evolução na carreira (Conceição, 2009). As relações de poder nas organizações também reproduzem uma estrutura racial que moldou a formação da sociedade brasileira e que se manifesta num claro recorte racial quanto à posição na hierarquia organizacional.

Seja devido a noções sedimentadas ao longo da história do pensamento social brasileiro ou a fatores externos que se configuram em uma série de desvantagens e barreiras epistemológicas e linguísticas, pesquisadores brasileiros nos Estudos Organizacionais pouco têm incorporado da

realidade nacional em seus estudos. A seleção de temas relevantes para a área tende a obedecer à critérios impostos ao pesquisador para que ele possa ter maior aceitação e reconhecimento pela comunidade acadêmica, buscando falar a uma audiência global. Nesse contexto, voltar-se a especificidades da realidade brasileira como objeto de pesquisa é um exercício importante para a produção nacional nessas disciplinas, o que resultará em produção de uma Teoria das Organizações reflexiva, descolonizada, anti-performativa e com maior capacidade de impacto local. A incorporação das implicações derivadas da religião, raça, gênero e sexualidade nos Estudos Organizacionais permite refletir sobre como as organizações reproduzem ou reforçam relações de hierarquização social. Nesse sentido, é necessário que os pesquisadores da “periferia” global abandonem as lentes teóricas utilizadas pelo centro, concebidas para serem consistentes com suas realidades e interesses de pesquisa.

Questões relacionadas à raça estariam mais suscetíveis a emergir nas sociedades cuja formação da população é marcada pela heterogeneidade racial e, assim, despertar maior interesse dos pesquisadores desses países. Na história do Brasil e de seus vizinhos latino-americanos, intensos fluxos migratórios oriundos de diferentes geografias mundiais se sucedem, ora para colonização e povoamento e ora para abastecimento do mercado de trabalho. O estudo dos desdobramentos da heterogeneidade racial nas organizações pode acontecer na medida que os pesquisadores brasileiros em Estudos Organizacionais adotem maior reflexividade como sujeitos pesquisadores, isto é, busquem incorporar conhecimentos e significados que se relacionem com o mundo ao seu redor, que se constituam e sejam constituídos por seu entorno, privilegiando formas situadas de conhecimento e de validação (Cunliffe, 2004; Cunliffe & Jun, 2005), comprometidos com a produção de saber localizado.

As Latin American scholars, we must abandon this tradition of falsification of Anglo-Euro-Centric knowledges, regardless of perspective, and recognize our position in the outside—the exteriority of modernity—to think otherness from the margins. From here, it may be possible to recognize the dark side of our current modes of organizing, no longer as defective forms in ‘immature’ societies, but as the concrete expression of the exercise of the coloniality of power. Such a move may be in fact the beginning of productive dialogues and conversations between scholars of the Centre and the margins to elucidate the current nature of modernity and globalization (Ibarra Colado, 2006, p. 477).

Considerações finais

Ao longo desse ensaio, buscou mostrar como, desde a origem da produção em Ciências Sociais no Brasil, as questões raciais têm sido tratadas. Como resgatado, as Ciências Sociais no Brasil nasceram bastante influenciadas pela conjuntura das Ciências na Europa, comandadas pelo positivismo e pelo evolucionismo, no qual reside a crença da superioridade da raça branca em relação às demais raças, em especial, à raça negra, tida como indivíduos em menor estágio evolutivo, o que se traduz em menores capacidades cognitivas e de organização social. Num primeiro momento da produção em Ciências Sociais brasileira, caracterizou-se pela aceitação de tais prerrogativas ao ponto de influenciarem políticas públicas ao final do século XIX que privilegiassem a imigração branca. Num segundo momento, ao longo do século XX, pensadores nacionais no tema trataram de exaltar a diversidade racial e apontá-la como uma vantagem brasileira frente a outros países, bem como indicarem como no país, as diferentes raças convivem harmoniosamente pois já assimiladas; dessa forma, não haveria uma questão racial a ser debatida e enfrentada no país.

Como demonstrado, o mesmo se verifica no campo da Administração no Brasil, levando alguns autores a falarem da negação da questão racial no país (Conceição, 2009). Nesse contexto, argumenta-se a necessidade de incorporar questões raciais na Administração e nos Estudos Organizacionais no país, de modo a produzir um saber científico reflexivo, válido e situado em seu contexto social. Para tanto, é preciso abrir mão da busca por um saber generalizante e pretensamente universal, que copia e replica categorias propostas por pesquisadores do Norte Global, na tentativa de enquadrar-se a tais padrões de ciência, ecoando mundialmente para possibilitar um diálogo com uma comunidade global de pesquisadores, porém incapaz de se comunicar com seu entorno, ao desconsiderar especificidades históricas e sociais brasileiras. A virada para uma produção em Administração e Estudos Organizacionais verdadeiramente nacionais passa pela conexão com a realidade nacional e a adoção da reflexividade como orientador das pesquisas.

Referências Bibliográficas

- ALCADIPANI, Rafael et al. Southern voices in management and organization knowledge. **Organization**, v. 19, n. 2, p. 131-143, 2012.
- ALCADIPANI, Rafael; WESTWOOD, Robert; ROSA, Alexandre. The politics of identity in organizational ethnographic research: Ethnicity and tropicalist intrusions. **Human Relations**, v. 68, n. 1, p. 79-106, 2015.
- CONCEIÇÃO, Eliane Barbosa da. A negação da raça nos estudos organizacionais. **Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**, BURRELL, Gibson; MORGAN, Gareth. **Sociological paradigms and organisational analysis: Elements of the sociology of corporate life**. Routledge, 2017.
- CANDIDO, Antonio. A sociologia no Brasil. **Tempo Social**, v. 18, n. 1, p. 271-301, 2006.
- COLGAN, Fiona et al. Equality and diversity policies and practices at work: lesbian, gay and bisexual workers. **Equal Opportunities International**, v. 26, n. 6, p. 590-609, 2007.
- CUNLIFFE, Ann L. On becoming a critically reflexive practitioner. **Journal of management education**, v. 28, n. 4, p. 407-426, 2004.
- CUNLIFFE, Ann L.; JUN, Jong S. The need for reflexivity in public administration. **Administration & Society**, v. 37, n. 2, p. 225-242, 2005.
- GOUVÊA, Josiane Barbosa. O QUE HÁ POR TRÁS DO DISCURSO DA HARMONIA RACIAL NO PAÍS DA MISCIGENAÇÃO? **Farol-Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 4, n. 10, p. 915-955, 2017.
- IBARRA-COLADO, Eduardo. Organization studies and epistemic coloniality in Latin America: thinking otherness from the margins. **Organization**, v. 13, n. 4, p. 463-488, 2006.
- MAITLIS, Sally; CHRISTIANSON, Marlys. Sensemaking in organizations: Taking stock and moving forward. **Academy of Management Annals**, v. 8, n. 1, p. 57-125, 2014.
- Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e suas Ações Afirmativas – Pesquisa 2016. São Paulo, Instituto Ethos, 2008. Disponível em: https://issuu.com/institutoethos/docs/perfil_social_tacial_genero_500empr. Acesso: 12/04/09
- ROSA, Alexandre Reis; ALVES, Mario Aquino. Pode o conhecimento em gestão e organização falar português? **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 51, n. 3, p. 255-264, 2011.
- ROSA, Alexandre Reis. Relações raciais e estudos organizacionais no Brasil. **RAC-Revista de Administração Contemporânea**, v. 18, n. 3, p. 240-260, 2014.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, n. 53, p. 117-149, 2002.

WANDERLEY, Sergio; BARROS, Amon. Decoloniality, geopolitics of knowledge and historic turn: towards a Latin American agenda. **Management & Organizational History**, v. 14, n. 1, p. 79-97, 2019.

WEBER, Max. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, Gabriel (Org.). FERNANDES, Florestan (Coord.). Weber – Sociologia. **Coleção Grandes Cientistas Sociais**, 13. São Paulo: Ática, p. 79-127, 1999.